

A. I. N° - 232185.0043/05-3
AUTUADO - JULIO CEZAR BOMFIM NEVES
AUTUANTE - MARCOS GOMES LOPES
ORIGEM - INFAZ BOM JESUS DA LAPA
INTERNET - 27/09/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0275-03/06

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Diligência fiscal refez o levantamento e reduziu o valor do débito. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, foi lavrado em 20/12/05 e exige ICMS de R\$5.046,40, acrescido de multa de 70%, em decorrência da omissão de saída de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor da conta caixa.

O autuado, na defesa apresentada (fls. 55 e 56), esclarece que o autuante computou no levantamento fiscal diversos números e valores de notas fiscais, conforme indicou à fl. 55, totalizando base de cálculo de R\$5.458,13 e ICMS de R\$927,88.

Ressalta que nos exercícios de 2001 e 2002, constatou inúmeras notas fiscais desconhecidas da empresa, totalizando valores respectivos de R\$14.312,14 e R\$18.411,62, conforme relacionadas às fls. 57 e 58.

Finaliza dizendo que após a retificação, conclui que a empresa tem um saldo credor de R\$15.503,68 e pede pela improcedência da autuação.

O autuante na sua informação fiscal (fl. 60), contestou as alegações defensivas dizendo que:

- 1) A repetição do lançamento das notas fiscais deve-se ao fato da compra ser parcelada, tendo sido lançado na data do vencimento o valor correspondente das parcelas;
- 2) Todas as notas fiscais constantes dos relatórios foram apresentadas pela Empresa a qual, inclusive, deixou de escriturar o livro Caixa, obrigatório nos termos da legislação em vigor.

Por fim, pede a procedência da autuação.

Esta Junta, determinou a realização de diligência à Infaz de origem (fl. 63), para que o autuante juntasse ao processo as cópias das notas fiscais que o autuado alegou desconhecer, e caso não fosse atendido ao determinado, que fosse feito a exclusão dos valores correspondentes indicados no demonstrativo original.

O autuante, em atendimento à diligência determinada por esta Junta, acostou às fls. 105 a 131, diversas cópias de notas fiscais e refez o levantamento fiscal, conforme demonstrativos juntados às fls. 67 a 104, tendo apurado valores devidos de R\$576,73, R\$1.449,67 e R\$93,59, respectivamente em 31/12/00, 31/12/01 e 31/12/02.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado em 10/07/06, para tomar conhecimento do resultado da diligência (fl. 133), por meio dos Correios com Aviso de Recebimento (AR).

O autuado em 16/07/06, requereu parcelamento do débito apurado na diligência fiscal, conforme documento juntado à fl. 136.

VOTO

O presente processo faz exigência de ICMS em decorrência da omissão de saída de mercadorias tributáveis apurada através saldo credor de caixa.

O autuado, na defesa apresentada, alegou que diversas notas fiscais relacionadas no demonstrativo elaborado pelo autuante eram desconhecidas da empresa. Em atendimento a diligência, o autuante juntou parte das notas fiscais aos autos e refez os demonstrativos originais, nos quais fez a exclusão das notas fiscais que o impugnante alegou desconhecer e que não foram acostados ao processo.

Constato que o autuado ao tomar conhecimento do resultado da diligência, reconheceu o débito fiscal remanescente apresentado pelo autuante. Portanto, não existindo mais qualquer controvérsia, acato os valores apurados nos demonstrativos elaborados pelo autuante às fls. 78, 90 e 104, totalizando valor devido de R\$2.119,99, conforme demonstrativo abaixo:

Data Ocorr.	Data Vencido	Base de Cálculo	Aliq. %	Multa %	Valor em Real
31/12/00	09/01/01	3.392,53	17,00	70,00	576,73
31/12/01	09/01/02	8.527,47	17,00	70,00	1.449,67
31/12/02	09/01/03	550,53	17,00	70,00	93,59
Total		12.470,53			2.119,99

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração n.º **232185.0043/05-3**, lavrado contra **JULIO CEZAR BOMFIM NEVES**, devendo o autuado ser intimado a efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.119,99**, acrescido da multa de 70% prevista no art. 42, III da Lei n.º 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de agosto de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR